

Protocolos/ Acordos/ Contratos

27. Minuta de Aditamento ao Contrato de Empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 12,000,000€, Banco BPI, S.A

Submete-se, à aprovação do Executivo Municipal, proposta à minuta em epígrafe, de forma a refletir contratualmente a prorrogação do período de utilização do crédito até 31 de dezembro de 2026, nos termos da mencionada Lei n.º 73/2012, de 3 de setembro, mantendo-se o prazo total do empréstimo e, em consequência, alterando o plano de reembolso do empréstimo. Tudo de acordo com a documentação que consta do processo.

PROPOSTA PARA REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

N.º Informação: 81712

Data: 16/08/2024

Deliberações	
Deliberação da Câmara Municipal	Deliberação da Assembleia Municipal:

Despachos	
O(a) Vereador(a)	O Presidente, à reunião de Câmara,
Despacho do(a) Sr(a). Vereador(a), com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 18 de outubro de 2021,	O(a) Vice-Presidente, à reunião de Câmara, (Na qualidade dos termos do nº3 do artigo 57 da Lei nº169/99 de 18 de setembro)

O(a) Diretor de Departamento	O(a) Diretor(a) Municipal
-------------------------------------	----------------------------------

O(a) Chefe Unidade	O(a) Chefe Divisão
---------------------------	---------------------------

PROPOSTA: Minuta de Aditamento ao Contrato de Empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante máximo de 12,000,000€, Banco BPI, S.A

Exmo. Presidente da Câmara Municipal,

Considerando que:

- a) Em 27 de abril de 2020, foi celebrado entre o Banco BPI e o Município de Braga um contrato de crédito a médio/longo prazo, na modalidade de abertura de crédito, até ao montante global de € 12.000.000,00 (doze milhões de euros), para financiamento de vários projetos de investimento;
- b) Em conformidade com a legislação aplicável, as partes condicionaram a entrada em vigor do Contrato à concessão de Visto Prévio pelo Tribunal de Contas, o qual foi obtido em 28 de setembro de 2020;
- c) O prazo de utilização do Crédito previsto inicialmente no Contrato terminava em 28 de setembro de 2022, o qual foi prorrogado até 28 de setembro de 2023, de acordo com os artigos 6.º, 9.º e 10.º da Lei n.º 6/2020 de 10 de abril;
- d) O artigo 2.º da Lei n.º 29/2023 de 4 de julho prevê que o prazo de utilização do capital nos empréstimos a médio e longo prazos para aplicação em investimentos contraídos pelos Municípios até 31 de dezembro de 2022, nos termos do n.º 10 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2012, de 3 de setembro, é prorrogado até 31 de dezembro de 2026;

Torna-se necessário aprovar a minuta de aditamento, de forma a **refletir contratualmente a prorrogação do período de utilização do crédito até 31 de dezembro de 2026**, nos termos da mencionada Lei n.º 73/2012, de 3 de setembro, mantendo-se o prazo total do empréstimo e, em consequência, alterando o plano de reembolso do empréstimo.

Assim, propõe-se que o Ex.mo Presidente profira decisão no sentido de:

- Remeter a minuta de Aditamento ao Contrato de Empréstimo à Câmara Municipal afim deste órgão aprovar as cláusulas contratuais.

À consideração superior.

A Chefe de Divisão de Contabilidade

Anexos:

- 1. Minuta de Aditamento ao contrato de empréstimo - BPI, S.A**

ADITAMENTO A CONTRATO DE CRÉDITO A MÉDIO / LONGO PRAZO
(Abertura de Crédito)

Entre:

Banco BPI, S.A., com sede na Avenida da Boavista, 1117, 4100-129 Porto, matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva PTIRNMJ 501 214 534, com o número de identificação fiscal 501 214 534, com o capital social de € 1.293.063.324,98, adiante designado por “**Banco**”, neste ato devidamente representado por Mário Luís Oliveira Gala Mexia Leitão e por Laurinda Manuela da Silva Castro, na qualidade de procuradores e com poderes para o ato;

E:

Município de Braga, pessoa coletiva número 506 901 173, com sede em Praça Conde de Agrolongo, 4704-514 Braga, adiante designado por “**Município**”, neste ato devidamente representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de Presidente da Câmara e com poderes para o ato;

Considerando que:

- a) Em 27 de abril de 2020, foi celebrado entre o Banco e o Município um contrato de crédito a médio/longo prazo, na modalidade de abertura de crédito, até ao montante global de € 12.000.000,00 (doze milhões de euros), adiante designado por “**Contrato**”;
- b) Em conformidade com a legislação aplicável, as partes condicionaram a entrada em vigor do Contrato à concessão de Visto Prévio pelo Tribunal de Contas, o qual foi obtido em 28 de setembro de 2020;
- c) O prazo de utilização do Crédito previsto inicialmente no Contrato terminava em 28 de setembro de 2022, o qual foi prorrogado até 28 de setembro de 2023 de acordo com os artigos 6.º, 9.º e 10.º da Lei n.º 6/2020 de 10 de abril;
- d) O artigo 2.º da Lei n.º 29/2023 de 4 de julho prevê que o prazo de utilização do capital nos empréstimos a médio e longo prazos para aplicação em investimentos contraídos pelos Municípios até 31 de dezembro de 2022, nos termos do n.º 10 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2012, de 3 de setembro, é prorrogado até 31 de dezembro de 2026;
- e) Em consequência, pelo presente aditamento, as partes pretendem refletir contratualmente

a prorrogação do período de utilização do Crédito até 31 de dezembro de 2026, nos termos da mencionada Lei n.º 73/2012, mantendo o prazo total do empréstimo e, em consequência, alterando o plano de reembolso do Crédito;

O Banco e o Município acordam entre si, livremente e de boa-fé, celebrar o presente aditamento ao Contrato, o qual, para além do consignado nos Considerandos *supra*, se regulará ainda pelo disposto nas Cláusulas seguintes:

Primeira
(Definições)

Para efeitos deste aditamento e salvo se diferentemente resultar do seu texto, as definições da Cláusula Primeira do Contrato têm o mesmo significado no presente aditamento.

Segunda
(Alterações)

O Banco e o Município acordam em alterar o n.º 1 da Cláusula Quarta e o n.º 2 da Cláusula Sexta do Contrato, as quais passam a adotar a seguinte redação:

“Quarta
(Utilização e Confissão de Dívida)

1. *A utilização do Crédito será efetuada, mediante crédito na Conta DO, até 31 de dezembro de 2026, desde que verificadas todas as condições de utilização previstas no n.º 6 da presente cláusula, mediante pedido escrito do Município dirigido ao Banco nos termos do número seguinte, com a antecedência mínima de 5 dias úteis relativamente à data em que pretenda a sua utilização.*
2. *[Redação inalterada]*
3. *[Redação inalterada]*
4. *[Redação inalterada]*
5. *[Redação inalterada]*
6. *[Redação inalterada]”*

“Sexta
(Contagem e Pagamento de Juros e Reembolso de Capital)

1. *[Redação inalterada]*

2. *Sem prejuízo do disposto no anterior número 1 relativamente ao pagamento de juros durante o período de utilização do Crédito, o capital e os demais juros serão pagos em 40 prestações trimestrais, postecipadas, iguais e sucessivas de capital e juros ao saldo, vencendo-se a primeira em 31 de dezembro de 2026, as restantes no dia 28 dos meses referentes aos trimestres subsequentes, e a última em 28 de setembro de 2036.*
3. *[Redação inalterada]*
4. *[Redação inalterada]”*

Terceira
(Disposições finais)

1. As disposições constantes do presente aditamento consideram-se, para todos os efeitos, parte integrante do Contrato, produzindo efeitos após a assinatura das partes e desde que se encontrem verificados todos os requisitos legais de validade e eficácia do presente aditamento, incluindo Visto prévio do Tribunal de Contas (caso seja exigível nos termos da lei).
2. Em tudo o mais não expressamente alterado pelo presente aditamento, mantêm-se plenamente em vigor os termos e condições da redação inicial do Contrato.

Feito em [●], no dia [●] de [●] de 2024, em [●] exemplares, todos valendo como original.

- Banco BPI, S.A.,

- Município,

[Termo de Autenticação]